

Alberto Furuguem
(furuguem@furuguem.com.br)

ELEIÇÃO NO FMI

Quando em, 1944, foram fundados o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial, ou BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fixou-se, também, uma regra (não escrita) pela qual a primeira instituição seria dirigida por um norte- americano e a segunda por um europeu.

Assim tem sido, desde então.

Podemos dar como certo que a candidata ao posto de diretora-gerente do FMI (principal cargo executivo daquela instituição), Christine Lagarde, da França, receberá os votos necessários para assumir o posto deixado por seu compatriota, Dominique Strauss-Khan.

Os membros do G8, principais países desenvolvidos e maiores cotistas do FMI, já manifestaram apoio ao nome de Lagarde.

O Mundo econômico e político muda, e tem mudado, mas não, ainda, o suficiente para alterar aquela regra não escrita sobre o comando daquelas duas instituições multilaterais.

O Governo dos Estados Unidos, principal cotista das duas instituições, sempre indicou o presidente do BIRD, bem como a segunda pessoa na hierarquia do FMI.

Com 17 % das cotas, os Estados Unidos poderia, em tese, até mesmo vetar qualquer nome, se isso fosse considerado desejável, já que são necessários pelo menos 85% dos votos para eleger o principal dirigente do Fundo.

É claro que isso não acontecerá agora, pois a tendência é que Lagarde consiga os votos necessários, até mesmo com o apoio dos principais emergentes, como a China e o Brasil.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a instituição mais importante era o Banco Mundial, que tinha como primeira tarefa apoiar a reconstrução da Europa. Daí a palavra Reconstrução no nome oficial do Banco Mundial.

Agora, a tarefa mais premente, é a gestão da liquidez dos países membros, particularmente, de alguns países europeus, como Grécia, Irlanda e Portugal.

Dentro de uma regra bancária normal um europeu não deveria ser o mais indicado para socorrer países europeus em crise, como tem lembrado alguns analistas.

Esse fato, entretanto, não será suficiente para que a regra não escrita fixada em 1944 seja mudada agora.

A longo prazo, é de se esperar que os critérios de indicação de dirigentes para o BIRD e para o FMI sofram maior flexibilização, para permitir que não- americano e não-europeu também possam comandar aquelas instituições.

A crise financeira internacional de 2008/2009 levou o G20 a aumentar substancialmente o capital do FMI, que passou a 750 bilhões de dólares.

Mesmo assim, o FMI não dispõe de recursos suficientes para suprir todas as necessidades de países -membros com eventuais problemas de liquidez internacional. Agora, o FMI tem mais dinheiro do que tinha no passado, mas seu papel principal continua sendo o de “avalista técnico” dos programas de ajuste macroeconômico dos países-membros que necessitem de apoio internacional.

No caso atual de socorro a alguns países, membros da Zona do Euro, além dos recursos do FMI, elevados montantes tem sido aportados pelos demais países da área, particularmente pela Alemanha.

No passado, quando o México (1995) e o Brasil (1999) precisaram de socorro, os governos dos países desenvolvidos foram chamados a colaborar, sob liderança (e maior parcela) do Governo dos Estados Unidos (Clinton).

No atual cenário internacional, vale mencionar, aliás, que a China, o maior emergente, é que tem “mais bala na agulha” quando se trata de “dinheiro disponível” (com seus 3 trilhões de dólares de reservas cambiais). A China tem em caixa mais de 3 vezes o capital do FMI. Na prática, a China tem funcionado, em muitos casos, como principal supridor de liquidez (com menor burocracia) de países que buscam recursos internacionais. Até certo ponto, a China atua como concorrente do FMI e do Banco Mundial no suprimento de recursos externos. É claro que aquele país assim age, em consonância com seus interesses estratégicos e não por benemerência.

Brasil - Indicadores Seleccionados

Ítems	2007	2008	2009	2010	2011 projeção	2012 projeção
1. População (Milhões de habitantes) (1)	185,7	187,6	189,0	191,1	192,8	194,5
2. PIB (US\$ bilhões) (PPP)	1834,0	1860,0	1900	2000,0	2100,0	2180,0
3. PIB per capita (dólares) (PPP) (1)	9876	9915	10050	10460	10890,0	11210,0
4. PIB (R\$ bilhões - a preços correntes)	2661	3032	3185	3675	4010,0	4438,0
5. PIB (US\$ bilhões - a preços correntes)	1310	1491	1420	2050,0	2405,0	2495,0
6. PIB - Crescimento (% a.a.)	6,1	5,2	-0,6	7,5	4,0	4,0
- Indústria	5,3	4,1	-6,4	10,1	3,3	3,8
- Agropecuária	4,8	6,1	-4,6	6,5	3,8	4,3
- Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4	4,1	4,4
7. Inflação (% a.a.) (preços ao consumidor) (IPCA)	4,5	5,9	4,3	5,9	6,2	5,1
8. Inflação (% a. a. - IGPM)	7,7	9,8	-1,7	11,3	6,8	4,9
9. Taxa média de desemprego (%)	9,3	8,1	8,1	6,5	6,3	6,2
10. Taxa Nominal de juros (SELIC % a.a.)	11,25	13,75	8,75	10,75	12,75	12,75
11. Taxa real de juros (% a.a.)	8,1	7,2	4,5	4,0	5,6	6,8
12. Taxa de Investimento	17,4	19,1	16,9	18,4	19,5	19,5
13. Exportações (US\$ bilhões)	160,6	197,9	153,0	201,9	251,0	261,0
14. Importações (US\$ bilhões)	120,6	173,2	127,6	181,6	233,0	250,0
15. Balança comercial (US\$ bilhões)	40,0	24,7	25,4	20,2	18,0	11,0
16. Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	3,6	-28,3	-24,3	-47,5	-60,0	-70,0
17. Saldo em conta-corrente/PIB (%)	0,3	-1,8	-1,6	-2,3	-2,5	-2,8
18. Investimentos Externos (US\$ bilhões)	34,6	45,1	25,9	48,5	50,0	45,0
19. Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	180,3	206,8	239,0	288,6	340,0	340,0
20. Dívida externa total líquida (US\$ bilhões)	-11,9	-27,7	-61,2	-50,0	-55,0	-55,0
21. Dívida externa total líquida/exportações	0,0	-0,1	-0,4	-0,3	-0,3	-0,2
22. Taxa de Câmbio final de período (R\$/US\$)	1,78	2,35	1,74	1,67	1,75	1,80
23. Taxa de Câmbio Real/Dólar (variação %)	-16,8	32,0	-26,0	-4,0	4,8	2,9
24. Déficit Público Nominal (% PIB)	2,3	2,0	3,3	2,6	2,8	2,5
Governo Federal	...	0,9	3,4	1,3
Governos Estaduais e Municipais	...	1,2	-0,1	1,3
Empresas Estatais	...	-0,1		0,0
25. Dívida Pública Líquida (US\$ bilhões)	674,6	490,9	773,2	883,7	914,0	953,0
26. Dívida Pública Líquida/PIB (%)	43,9	38,8	43,0	40,4	40,0	39,0
27. Dívida Pública Líquida (R\$ bilhões)	1150,4	1153,6	1345,3	1475,8	1600,0	1715,0
28. Carga Tributária (% do PIB)	34,5	34,9	34,3	35,0	36,0	36,0
29. Juros/PIB (%) (**)	6,3	5,6	5,4	5,4	5,5	5,3
30. Supermercados - Vendas Reais (%)	5,9	9,0	5,5	4,3	4,0	4,0

Fonte dos dados observados: IBGE, Banco Central, FGV, BNDES, IPEA; SECEX e ABRAS.

(1) Estimativa sujeita a alteração

(*) Calculado pelo Banco Mundial, utilizando o critério de Paridade de Poder de Compra (PPP) .

(**) Juros nominais